



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Maior/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos
Analista Judiciário – Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não seja melhor que ninguém, seja apenas diferente e lute pelos seus objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo – uma apresentação ao livro **Mar sem fim**, de Amyr Klink.

O moço e o mar

*Poucas pessoas poderão ter gozado da solidão como uma alternativa, ou seja, do convívio exclusivo consigo mesmo, com o usufruto de um prazer tão completo como faz Amyr Klink em suas longas viagens a bordo do barco Paratii. Este livro – **Mar sem fim** – descreve a viagem que começou em 31 de outubro de 1998 e durou cinco meses.*

Nela, ele deu a volta ao mundo mais curta, mais rápida e mais difícil que poderia ser feita, circunavegando a Antártica – muitas vezes tentada, nunca conseguida. Foi conviva das estrelas, cruzou neblinas, nevascas e geleiras, e desafiou mares temperamentais.

Nada do que tiver contemplado nas breves paradas na Geórgia do Sul, ou do que possa ter restado de exótico na ilha de Bouvetoya, a mais isolada do planeta, será suficientemente inédito para ter impressionado o argonauta, muito mais ilhado ele mesmo do que aquele território ignoto e inóspito. Por mais surpreendentes que possam ser a flora e a fauna marinhas, que o marinheiro encontrou protegidas da loucura furiosa da humanidade predadora de pés firmes no chão, nada terá superado a graça que ele achou nos porões da própria alma, ao atravessar com destemor, mas com respeito, as fronteiras da vida.

Quem concorde com a dura frase em que Sartre afirma que “o inferno são os outros” está convidado a visitar o céu que cada um contém em si mesmo e que Amyr Klink se dispôs a nos revelar em mais este fascinante relato de seu caso de amor com o mar. A saga desse brasileiro transporta a mitologia grega para nossos dias, nos induzindo a crer com sua viagem que o fardo de viver pode ser mais leve, intrépido e digno de ser carregado.

(Adaptado de: NÊUMANE, José. In: KLINK, Amyr. **Mar sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, oreilha)

1. Afirma-se que *Poucas pessoas poderão ter gozado da solidão* como Amyr Klink porque este
 - (A) navegou de modo aventureiro pelos mares do mundo, observando e estudando a natureza.
 - (B) realizou sua paixão pelo mar estendendo sua saga também para o interior de si mesmo.
 - (C) planejou viajar sozinho pelos mares para superar a dependência que temos uns dos outros.
 - (D) levou a cabo com a navegação solitária uma exploração científica dos fenômenos marítimos.
 - (E) contemplou a poesia da natureza isolando-se e navegando por mares jamais explorados.

2. A frase de Sartre “o inferno são os outros” pode encontrar uma razão de ser quando se considera a expressão do texto
 - (A) *a volta ao mundo mais curta, mais rápida e mais difícil* (2º parágrafo).
 - (B) *muitas vezes tentada, nunca conseguida* (2º parágrafo).
 - (C) *território ignoto e inóspito* (3º parágrafo).
 - (D) *loucura furiosa da humanidade predadora* (3º parágrafo).
 - (E) *nos porões da própria alma* (3º parágrafo).

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *gozado da solidão como uma alternativa* (1º parágrafo) = optado por uma vantagem subjetiva.
 - (B) *Foi conviva das estrelas* (2º parágrafo) = convocou a vivacidade dos astros.
 - (C) *será suficientemente inédito* (3º parágrafo) = terá originalidade bastante.
 - (D) *atravessar com destemor, mas com respeito* (3º parágrafo) = cruzar com temor raro, porém com dignidade.
 - (E) *nos induzindo a crer* (4º parágrafo) = levando-nos a intuir.

4. A frase *Nada do que tiver contemplado será suficientemente inédito* conservará uma correta articulação entre os tempos verbais caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:
 - (A) tivesse contemplado / seria
 - (B) fosse contemplar / é
 - (C) viesse a contemplar / terá sido
 - (D) contemplaria / será
 - (E) contemple / teria sido



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) São dadas a poucas pessoas gozarem da solidão como uma alternativa.
 - (B) Eram no convívio das estrelas e no cruzar das neblinas que Amyr Klink fez sua travessia.
 - (C) Abrigaram-se nos porões de sua alma de navegante a graça de cruzar os mares.
 - (D) Não move a um navegante como Amyr Klink advertências como as de Sartre.
 - (E) A muitos navegadores tentou a façanha marítima enfim conseguida por Amyr Klink.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto seguinte.

O individualismo e as instituições

Quando as instituições são frágeis e não funcionam, podem prevalecer as amarras da prepotência e do oportunismo violento. Na falta de normas legais que funcionem, na falta de uma representação atuante e legítima do Estado na vida social, a condição da "terra sem lei" tende à barbárie.

Exemplo disso forneceu o cinema norte-americano quando, em meados do século passado, inundou o mundo e a imaginação popular com filmes do gênero "western", supostos documentários da conquista do oeste. Uma situação padrão era representada nesses filmes: na pequena e remota cidade recém-formada, o poder local era manipulado por malfeitores poderosos, que submetiam aos seus interesses o xerife e a o juiz. A "lei" servia assim de fachada para o império da autocracia e do crime, e a impunidade ameaçava ser eterna.

Mas eis que chegava o "mocinho": um homem vindo não se sabe de onde, solitário, lacônico, hábil no manejo das armas, intrépido, capaz de enfrentar e derrotar sozinho os poderosos locais – o que fazia com bravura e frieza, até deixar a cidade pacificada e sumir para sempre no horizonte, sob o olhar dos cidadãos agradecidos.

A "mensagem" desses filmes? Haveria, dentro de indivíduos especiais, um impulso natural para a justiça e a virtude, capaz de mudar a ordem das coisas. As virtudes inatas dessa liderança singular refundariam as instituições suprimidas. A figura de um herói solitário estaria na base da legitimação da ordem pública, quando esta fosse comprometida. Não deixa de ser uma forma de atribuir a uma liderança pessoal a missão de promover as instituições que tenham por escopo o bem público. Dito de outro modo: a moralidade desejável das instituições sociais já estaria presente, em germen, no indivíduo essencialmente virtuoso, capaz de reconduzir uma comunidade a um patamar da civilização.

(Bruno Rosa de Alcântara, a editar)

6. O cinema norte-americano é referido no texto para exemplificar, por meio dos filmes do gênero "western",
- (A) as violências de uma terra sem lei e o providencialismo vitorioso de uma virtuosa iniciativa individual.
 - (B) a possibilidade de documentarem fielmente os usos e costumes de uma empreitada social civilizatória.
 - (C) a fundação emergencial das primeiras colônias do oeste, quando sequer contavam com autoridades locais.
 - (D) a corrupção e a violência com que as próprias instituições se deixavam marcar ao longo da expansão territorial.
 - (E) o malogro de uma prontidão individual ao pretender agir de forma corretiva sobre uma comunidade corrompida.
-
7. Constitui-se um **paradoxo** na seguinte formulação:
- (A) *sendo frágeis as instituições, prevalecem as amarras da prepotência.*
 - (B) *nos primeiros povoados predominava a manipulação dos poderes.*
 - (C) *um voluntarismo pessoal propicia a ordenação dos interesses públicos.*
 - (D) *a virtude solitária está na raiz da concepção do "mocinho" do cinema.*
 - (E) *a saga dos mocinhos do cinema norte-americano supõe um padrão de conduta.*
-
8. *As virtudes inatas dessa liderança singular refundariam as instituições suprimidas.*
O sentido básico, a coesão e a coerência da frase acima estão preservados nesta outra redação:
- (A) Instituições superadas podem ser salvas pela singularidade de virtudes adquiridas.
 - (B) Uma liderança especial, naturalmente virtuosa, recuperaria o valor de instituições extintas.
 - (C) Uma vez abaladas, as instituições removeriam a singular virtude das lideranças inatas.
 - (D) Desde que as refunda, as virtudes singulares de uma liderança demoveriam as instituições.
 - (E) Desde que removidas, as instituições demandam a liderança singular de virtudes inatas.



9. *A lei servia assim de fachada, e a impunidade ameaçava ser eterna.*

Reescrevendo-se com coerência o período acima, de modo a iniciá-lo por **A impunidade ameaçava ser eterna**, o enunciado complementar deverá ser

- (A) conquanto a lei servisse como fachada.
- (B) para a lei vir a servir de fachada.
- (C) ainda que a lei servisse de fachada.
- (D) enquanto a lei servia de fachada.
- (E) de modo a servir a lei como fachada.

10. *Os malfeitores poderosos submetiam a seus interesses o xerife e o juiz.*

Sem prejuízo para a correção e a coerência, pode-se substituir a expressão sublinhada na frase acima por

- (A) consideravam como interessados
- (B) subordinavam diante de seus interesses
- (C) sujeitavam seus interesses para
- (D) expunham com seus interesses
- (E) subjugavam com seus interesses

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Um juiz analisou 5 processos em um dia, além de outras tarefas. A fim de organizar seu tempo, esse juiz anotou na tabela os horários em que iniciou e terminou a análise de cada processo.

Processo	Início	Término
1	8:36	10:10
2	10:24	12:35
3	14:15	15:33
4	15:40	16:45
5	17:20	19:32

O tempo médio gasto por esse juiz nos 5 processos analisados foi de uma hora e

- (A) quarenta minutos.
- (B) trinta e oito minutos.
- (C) quarenta e dois minutos.
- (D) trinta e seis minutos.
- (E) quarenta e quatro minutos.

12. Considerando $x = 3$ e $y = 4$, o valor da expressão $6x^2 + 5xy^2 + y$ é

- (A) 198
- (B) 266
- (C) 298
- (D) 166
- (E) 286

13. João foi a uma loja de produtos de informática, comprou uma memória externa de 2tb, três teclados e um monitor de 21,5" e gastou R\$ 1.359,00. Maria foi à mesma loja e comprou três memórias externas de 2tb, sete teclados e três monitores e gastou R\$ 3.951,00. Se os produtos comprados por ambos são similares, o custo total de uma memória de 2tb, um teclado e um monitor de 21,5", nessa loja, é

- (A) R\$ 1.333,00
- (B) R\$ 1.233,00
- (C) R\$ 2.592,00
- (D) R\$ 1.259,00
- (E) R\$ 1.132,00

14. Trezentas e cinquenta pessoas participam de um teste para cantar em um coral. A razão entre o número de pessoas que passaram no teste e o número de pessoas que não passaram é, nessa ordem, $3/4$. Ainda, sabe-se que $1/6$ das pessoas que passaram no teste eram adolescentes. O número de pessoas que passaram no teste e não são adolescentes é

- (A) 100
- (B) 50
- (C) 75
- (D) 25
- (E) 125



15. Em um escritório de advocacia, há 16 advogados. Cada advogado está responsável por 3, 4 ou 6 processos. Juntos, os advogados que estão com 3 ou 4 processos estão com 36 processos. Se o total de processos é 72, o número de advogados com 3 processos é
- (A) 5
 - (B) 3
 - (C) 2
 - (D) 4
 - (E) 6

Noções de Legislação

16. Considere:
- I. Consiste em uma ferramenta de gestão e transparência dos resultados das ações voltadas à promoção da sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário, por meio do monitoramento do uso dos recursos e serviços prestados, buscando melhor eficiência do gasto público.
 - II. Será elaborado e publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.
 - III. Tem em sua composição o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo DPJ.
- De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, com relação ao Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.

17. Claudionor é servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região onde exerce função de confiança de natureza gerencial. Claudionor foi convidado para participar de determinado seminário, sendo-lhe oferecida remuneração e pagamento das despesas da viagem pelo promotor do evento. Com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Resolução Administrativa nº 11/2022), Claudionor
- (A) poderia participar do seminário somente se ele não fosse remunerado, pois, em razão da função que exerce, apenas é possível participar de seminários de forma voluntária, sem o recebimento de qualquer remuneração, inclusive com relação ao pagamento das despesas de viagem.
 - (B) não poderá participar do seminário, pois servidores que exercem função de confiança de natureza gerencial não podem participar, em nenhuma hipótese, de seminário, congressos e eventos semelhantes, sejam eles remunerados ou não.
 - (C) poderá participar do seminário, desde que torne pública a remuneração, bem como o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento, o qual não poderá ter interesse em decisão a ser tomada por Claudionor.
 - (D) poderá participar do seminário, não precisando tornar pública a remuneração ou o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento, tendo em vista que exerce função de confiança.
 - (E) poderia participar do seminário somente se ele não fosse remunerado, pois, em razão da função que exerce, apenas é possível participar de seminários de forma voluntária, sem o recebimento de qualquer remuneração, sendo permitido, porém, o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento.

18. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região,
- (A) as Turmas do Tribunal são constituídas por cinco desembargadores, não podendo ter assento, na mesma Turma ou Seção Especializada, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral, até o sexto grau.
 - (B) o Órgão Especial é constituído por dezesseis membros, para o exercício de funções exclusivamente jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno, sendo que o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Regional o integram.
 - (C) o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região compõe-se de cinquenta e quatro desembargadores, sendo que cada um deles terá três assessores, bacharéis ou não em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.
 - (D) a Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) é composta por onze desembargadores e a Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II) por dezoito, já incluído o presidente da Seção.
 - (E) os cargos da administração do Tribunal não admitem acumulação com quaisquer outros cargos ou funções, sendo vedada, inclusive, a participação do Presidente e do Vice-Presidente na Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDC).



19. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região,
- (A) o Presidente do Tribunal presidirá exclusivamente o Tribunal Pleno, sendo substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo desembargador mais antigo do órgão, desde que não seja Presidente de Turma.
 - (B) as Turmas são presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, segundo a ordem de antiguidade.
 - (C) a Seção Especializada em Dissídios Coletivos será presidida pelo Presidente do Tribunal, dando-se sua substituição, nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais antigo presente à sessão.
 - (D) o Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nas ausências, impedimentos e suspeições, será substituído, na deliberação de questões administrativas do órgão, pelo desembargador mais antigo do órgão, abrangidas as duas Subseções, ainda que seja Presidente de Turma.
 - (E) o Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nas ausências, impedimentos e suspeições, será substituído, nas sessões de julgamento das Subseções, pelo desembargador mais antigo, componente da Subseção, presente à sessão, ainda que seja Presidente de Turma.
-
20. De acordo com a Resolução do CSJT nº 360/2023, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as formas de Discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, para os fins desta Política considera-se
- (A) assédio sexual: conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém, sob forma verbal, não verbal ou física, manifestada por palavras, gestos, contatos físicos ou outros meios, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.
 - (B) transversalidade: violência e assédio dirigido às pessoas em virtude de seu sexo ou gênero, que impactam de forma desproporcional pessoas de um determinado sexo ou gênero, o que inclui o assédio sexual.
 - (C) cooperação horizontal, vertical e transversal: modo de gestão que, entre outros aspectos, promove a valorização e o compartilhamento da experiência de trabalho, a cooperação e a deliberação coletiva e a participação integrada de magistrados e servidores em pesquisas, consultas, grupos gestores, com o objetivo de identificar problemas e propor melhorias no ambiente de trabalho e institucionais.
 - (D) gestão participativa: conjunto de normas, instruções, práticas e processos que modulam as relações hierárquicas e competências, os mecanismos de deliberação, a divisão e o conteúdo dos tempos de trabalho, o conteúdo das tarefas, os modos operatórios, os critérios de qualidade e de desempenho.
 - (E) saúde no trabalho: toda condição ou situação de trabalho que tem o potencial de comprometer o equilíbrio físico, psicológico e social dos indivíduos, e de causar acidente, doença do trabalho e/ou profissional.

Noções de Direitos Humanos

21. De acordo com a Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 368/2023, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Raça, Gênero e Diversidade, instituído no âmbito do CSJT, é composto por membros efetivos, dentre os quais,
- (A) um(a) Ministro(a) Vice-Coordenador(a) indicado(a) pelo Coordenador do CSJT, sendo que os(as) magistrados(as) e servidores(as) que tiverem sido punidos judicialmente, com sentença transitada em julgado, não poderão integrar o Comitê, não se aplicando essa vedação se a punição tiver sido apenas na esfera administrativa.
 - (B) cinco magistrados(as), representando cada uma das cinco regiões do país, indicados pela Presidência do CSJT, sendo obrigatoriamente: um(a) magistrado(a) com deficiência, um(a) magistrado(a) negro(a), um(a) magistrado(a) LGBTQIAP+, uma magistrada mulher e um magistrado homem com mais de 70 anos.
 - (C) três servidores(as) do Tribunal Superior do Trabalho ou do CSJT, indicados pela Presidência do CSJT e do TST, obrigatoriamente entre servidores(as) com deficiência, negros(as), LGBTQIAP+, mulheres com mais de 65 anos.
 - (D) um(a) Ministro(a) Coordenador(a), indicado(a) pela Presidência do CSJT, sendo que os(as) magistrados(as) Gestores(as) Nacionais não poderão ser reeleitos(as)/reconduzidos(as), garantindo a alternância dos membros do Comitê.
 - (E) o(a) Ministro(a) Presidente do CSJT, que o presidirá, sendo que referido Comitê reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.
-
22. De acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional,
- (A) salvo disposição contrária do Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.
 - (B) uma pessoa poderá ser considerada criminalmente responsável, nos termos do Estatuto, por uma conduta anterior a sua entrada em vigor.
 - (C) se o direito aplicável a um caso for modificado antes ou depois de proferida sentença definitiva, aplicar-se-á sempre a nova regra à pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada.
 - (D) o Tribunal não será competente para julgar as pessoas físicas que praticarem crimes previstos no Estatuto, não as podendo considerar individualmente responsáveis nem as punir.
 - (E) são da competência do Tribunal, exclusivamente, os crimes contra a humanidade, o crime de genocídio e os crimes de guerra.



23. Considere:

- I. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, sendo que esse direito pode ser invocado inclusive em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, não podendo, entretanto, ser motivada por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- II. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.
- III. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

24. De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas,

- (A) os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas; porém, não possuem o direito de atribuir nomes às suas comunidades e lugares e de mantê-los.
- (B) os Estados adotarão medidas eficazes para que exclusivamente as crianças indígenas que vivam dentro de suas comunidades tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma.
- (C) os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, mas não possuem o direito de ter acesso a todos os demais meios de informação não indígenas.
- (D) os povos e pessoas indígenas têm o direito de pertencer a uma comunidade ou nação indígena, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade ou nação em questão. Nenhum tipo de discriminação poderá resultar do exercício desse direito.
- (E) não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, ainda que essas atividades possam ser justificadas por interesse público pertinente, não podendo ser essa restrição, em nenhuma hipótese, objeto de acordo entre os envolvidos.

25. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos,

- (A) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade não pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.
- (B) ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, sendo assim considerados, inclusive, os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença e o serviço imposto em caso de perigo ou calamidade, ainda que ameace o bem-estar da comunidade.
- (C) os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.
- (D) ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que, no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas, de acordo com o direito aplicável. Tampouco se pode impor pena mais grave que a aplicável no momento da perpetração do delito. Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delincente não será por isso beneficiado.
- (E) todo cidadão deve gozar do direito de votar e ser eleito em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores, sendo que a lei pode regular o exercício desse direito exclusivamente por motivos de idade, capacidade civil ou mental ou condenação em processo penal.

Noções de Informática

26. Um Tribunal Regional do Trabalho está enfrentando problemas de lentidão na inicialização, execução desnecessária de processos em segundo plano e dificuldade no gerenciamento de permissões de usuários em computadores que utilizam o Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Com os devidos privilégios, a solução mais adequada para mitigar esses problemas é:

- (A) Ativar o Modo de Alto Desempenho nas configurações de energia para reduzir o consumo de memória RAM e melhorar o tempo de inicialização do sistema.
- (B) Desativar o Windows Defender Firewall e o Controle de Conta de Usuário (UAC) para diminuir a carga de processos em segundo plano e otimizar o desempenho da máquina.
- (C) Utilizar o Gerenciador de Tarefas para encerrar manualmente processos ativos no final do expediente, garantindo uma inicialização mais rápida a longo prazo.
- (D) Desabilitar alguns aplicativos na inicialização do sistema via Gerenciador de Tarefas, ajustar as permissões de usuário pelo Controle de Conta de Usuário (UAC) e revisar as configurações de execução em segundo plano para melhorar o desempenho e reforçar a segurança.
- (E) Realizar reinstalações periódicas do Windows 10 para remover processos desnecessários e garantir que o sistema continue operando com alto desempenho.



27. O setor administrativo de um Tribunal Regional do Trabalho precisa compartilhar uma planilha de controle de processos com diversos funcionários para que possam visualizar e editar os dados simultaneamente no Microsoft Office 365. Além disso, é essencial garantir que as alterações sejam salvas automaticamente, evitando a perda de informações. Para isso, a melhor opção é
- (A) armazenar a planilha no OneDrive e utilizar a opção "Compartilhar", concedendo permissões de edição aos usuários necessários, permitindo que acessem e editem simultaneamente pelo Excel para Web.
 - (B) enviar a planilha por e-mail como anexo no formato .xlsx, garantindo que todos os judiciários possam abrir e editar o arquivo individualmente em seus computadores.
 - (C) salvar a planilha em um servidor local da rede interna do Tribunal e disponibilizar o acesso aos servidores, permitindo que cada usuário baixe, edite e reenvie a versão atualizada.
 - (D) armazenar a planilha no Google Drive, compartilhando o *link* de edição com os judiciários do Tribunal, para que possam trabalhar diretamente no arquivo usando o Excel Online.
 - (E) criar uma cópia separada da planilha para cada judiciário, permitindo que cada um faça suas próprias alterações antes de consolidar manualmente os dados em um documento final.
-
28. Um Tribunal Regional do Trabalho está implementando uma nova intranet para melhorar a comunicação interna e o acesso a sistemas administrativos. Para garantir segurança, eficiência e controle de tráfego, é necessário definir a infraestrutura de rede adequada e configurar corretamente os dispositivos envolvidos. Diante desse cenário, a melhor prática para a implementação da intranet é:
- (A) Configurá-la utilizando uma rede local única e plana, na qual todos os dispositivos compartilhem o mesmo *widecast domain*, garantindo comunicação direta e reduzindo a complexidade de configuração.
 - (B) Implementá-la sobre uma rede Wi-Fi corporativa única, sem segmentação, utilizando um único SSID (*Service Security Identifier*) para todos os setores, o que garante flexibilidade e reduz a necessidade de gerenciamento manual de acessos.
 - (C) Estruturá-la em uma rede local privada (LAN – *Local Area Network*), segmentada por VLANs (*Virtual LANs*) e controlada por um *firewall* corporativo, garantindo segurança, isolamento de tráfego e controle de acessos internos.
 - (D) Criá-la com base em um modelo de rede distribuída (*peer-to-peer*), no qual cada máquina atua como cliente e servidor simultaneamente, eliminando a necessidade de um servidor central, melhorando o tempo de resposta da rede.
 - (E) Configurá-la utilizando um único servidor virtualizado para armazenar e processar todas as solicitações, mantendo a alta disponibilidade garantida por *snapshots* automáticos, sem necessidade de segmentação adicional da rede.
-
29. Um Tribunal Regional do Trabalho precisa armazenar documentos sigilosos em uma pasta dentro do sistema Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Para garantir que apenas usuários autorizados possam acessar e modificar os arquivos já nela inseridos, é necessário configurar corretamente as permissões de segurança da pasta. Para isso, é necessário clicar na pasta com o botão direito do mouse,
- (A) localizar e alterar a configuração de Compartilhamento Avançado, desmarcar a opção "Compartilhar esta pasta", garantindo assim que apenas o criador da pasta tenha acesso.
 - (B) acessar Propriedades > Segurança > Avançado, remover todos os usuários da lista e manter apenas o grupo Administradores, pois estes são os únicos usuários autorizados.
 - (C) acessar Propriedades, ativar a opção Somente Leitura e, em seguida, alterar as permissões de compartilhamento para "Acesso Público", permitindo que apenas usuários autenticados possam modificá-la.
 - (D) mover a pasta para a unidade C:\Windows, pois qualquer pasta criada nessa localização herda permissões restritivas por padrão. Em seguida, modificar as permissões na guia Compartilhamento, concedendo acesso apenas aos usuários autorizados.
 - (E) acessar Propriedades > Segurança, clicar em Editar..., remover usuários indesejados e adicionar apenas os usuários autorizados, ajustando para cada um as permissões, conforme necessário.
-
30. Uma servidora de um Tribunal Regional do Trabalho precisa encontrar um documento oficial em um site governamental específico, mas não se lembra exatamente o nome completo. No entanto, ela recorda que as palavras-chave TRT-RJ e *atermação* do tema central do documento estavam próximas umas das outras. Para refinar sua busca no Google e ajudar na pesquisa, ela deve
- (A) utilizar menor e maior <> em torno das palavras-chave, como em "<TRT-RJ *atermação*>", para indicar que as palavras estão próximas.
 - (B) usar o operador *AROUND* (n) entre as palavras-chave, sendo que n representa o número máximo de palavras que podem estar entre elas, como em TRT-RJ *AROUND*(5) *atermação*.
 - (C) incluir o operador *INURL*: antes das palavras-chave, como em *INURL*:TRT-RJ *atermação*, para restringir a busca apenas a URLs que contenham os termos desejados.
 - (D) usar o operador *AND* entre as palavras-chave, como em "TRT-RJ *AND* *atermação*" para encontrar documentos em que os termos estejam no título da página.
 - (E) acrescentar um cifrão \$ entre as palavras-chave, como em "TRT-RJ \$ *atermação*", para que o Google preencha automaticamente os termos ausentes na busca.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 31 a 35.

31. Fernando possui uma pequena propriedade rural, assim definida em lei. Considerando que Fernando tenha débitos decorrentes de sua atividade produtiva, com base apenas nas informações fornecidas, referida propriedade
- (A) será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, ainda que trabalhada pela família.
 - (B) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, desde que trabalhada pela família.
 - (C) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, assim como a média e a grande propriedade rural, independentemente de ser trabalhada pela família.
 - (D) será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, desde que trabalhada pela família.
 - (E) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, assim como a média e a grande propriedade rural, desde que trabalhada pela família.
-
32. Jamil, filho de pais italianos, nasceu no Brasil quando seus genitores aqui no Brasil passavam suas férias. Verônica, filha de pais alemães, nasceu no Brasil quando sua mãe aqui residia, pois estava a serviço de seu país, ou seja, da Alemanha. Priscila, filha de pais brasileiros, nasceu na Bélgica quando seu pai ali estava a serviço do Brasil. Com base somente nas informações fornecidas,
- (A) Verônica, apenas, é brasileira nata.
 - (B) Jamil, apenas, é brasileiro nato.
 - (C) Jamil, Verônica e Priscila são brasileiros natos.
 - (D) Jamil e Verônica, apenas, são brasileiros natos.
 - (E) Jamil e Priscila, apenas, são brasileiros natos.
-
33. Considere a seguinte situação hipotética: o atual Governador do Estado do Rio de Janeiro pretende concorrer ao cargo de Presidente da República nas próximas eleições que ocorrerão em 2026. Sua esposa pretende entrar para a política e tem o sonho de concorrer, nas eleições de 2028, ao cargo de Prefeita da cidade onde residem. Com base apenas nas informações fornecidas, na situação hipotética narrada, o atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, para concorrer ao cargo que pretende
- (A) deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito, enquanto sua esposa será elegível em 2028, ainda que seu marido venha a exercer o mandato de Presidente da República.
 - (B) deve renunciar ao seu respectivo mandato até quatro meses antes do pleito, enquanto sua esposa será inelegível em 2028, caso o seu marido venha a exercer o mandato de Presidente da República.
 - (C) deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito, enquanto sua esposa será inelegível em 2028, caso o seu marido venha a exercer o mandato de Presidente da República.
 - (D) deve renunciar ao seu respectivo mandato até quatro meses antes do pleito, enquanto sua esposa será elegível em 2028, ainda que seu marido venha a exercer o mandato de Presidente da República.
 - (E) não precisa renunciar ao seu respectivo mandato, enquanto sua esposa será elegível em 2028, ainda que seu marido venha a exercer o mandato de Presidente da República.
-
34. Alexandre, brasileiro, 66 anos de idade, membro do Ministério Público do Trabalho com 30 anos de efetivo exercício, e seu filho, André, brasileiro, 34 anos de idade, advogado com 11 anos de efetiva atividade profissional, ambos de notável saber jurídico e reputação ilibada, desejam, nessas condições, compor o Tribunal Superior do Trabalho. Considerando apenas as informações fornecidas e observados os demais requisitos, referido Tribunal
- (A) poderá vir a ter, como um de seus 27 Ministros, apenas Alexandre.
 - (B) poderá vir a ter, como um de seus 27 Ministros, apenas André.
 - (C) poderá vir a ter, como um de seus 7 Ministros, Alexandre ou André.
 - (D) não poderá ser composto nem por Alexandre nem por André.
 - (E) poderá vir a ter, como um de seus 7 Ministros, apenas André.
-
35. Considere:
- I. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.
 - II. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
 - III. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- É(São) direito(s) dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o que consta em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, apenas.

**Direito Administrativo**

36. Suponha que um servidor federal tenha sido nomeado, tomado posse e entrado em exercício nos últimos três meses e que venha se ausentando do serviço com recorrência. Passado quase um ano desde o início do exercício, o servidor já contava com 60 dias de ausências injustificadas. O caso descrito enseja, por parte da Administração Pública,
- (A) a exoneração *ex officio* do servidor, independentemente de processo administrativo, tendo em vista que o servidor ainda não completou o período de estágio probatório, não podendo ser reconhecida sua estabilidade.
 - (B) a instauração de procedimento de exoneração, tendo em vista já estar demonstrado o não preenchimento de um dos requisitos de avaliação do estágio probatório.
 - (C) a necessidade de se aguardar o término do período do estágio probatório para, então, ser instaurado processo disciplinar para apuração da conduta do servidor.
 - (D) a possibilidade de aplicação de sanção disciplinar ao servidor, mediante procedimento simplificado, em que o contraditório e a ampla defesa são diferidos para momento posterior à aplicação da penalidade.
 - (E) a instauração de procedimento disciplinar para apuração da conduta do servidor desde logo, não sendo necessário aguardar o término do período de estágio probatório para essa providência, apenas para efetiva aplicação da penalidade.
-
37. O exercício do poder de polícia confere à Administração Pública a prerrogativa de
- (A) aplicação de sanção a empresas contratadas, no caso de descumprimento das obrigações contratuais.
 - (B) deferimento de vista de processos administrativos solicitada por particulares, independentemente de identificação.
 - (C) concessão de gratificações e vantagens a servidores públicos, nos casos em que haja a demonstração dos requisitos legais para tanto.
 - (D) apreensão de documentos emitidos por empresa privada, relativos a fatos objeto de fiscalização regularmente executada, para instauração de processo administrativo e autuação de infração.
 - (E) edição de ato instituindo e disciplinando infrações administrativas aplicáveis a pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado.
-
38. Considere que um órgão da Administração Pública tenha celebrado, após regular procedimento de licitação, contrato de aquisição de cadeiras, destinadas às unidades administrativas de sua estrutura. A aquisição foi contratada prevendo entregas parceladas, nos locais indicados pela Administração Pública. Faltando apenas duas entregas das acordadas com a contratada, o órgão público recebeu servidores novos, em razão da extinção de outro órgão público. No que concerne ao contrato de aquisição de bens móveis em questão, o órgão público
- (A) poderá celebrar aditamento, majorando o quantitativo em até 25% do valor atualizado do contrato, caso demonstrada a necessidade de aquisição de mais cadeiras para atender o aumento do efetivo de servidores.
 - (B) deverá celebrar aditamento quantitativo, independentemente de concordância do contratado, no limite de 25% do número de cadeiras ainda não entregues, demonstrada a necessidade de interesse público.
 - (C) não poderá formalizar aditamento contratual, tendo em vista que não se trata de contrato de serviço contínuo, tendo o objeto sido integralmente executado, pendente apenas duas entregas das acordadas.
 - (D) poderá propor ao contratado a celebração de aditamento para majoração do objeto contratual em até 50% do valor atualizado do ajuste, desde que demonstre a necessidade do incremento, não se admitindo alteração unilateral em razão de já ter sido concluída a fase de estabelecimento do cronograma de entregas.
 - (E) poderá, unilateralmente, demonstrada a necessidade, promover o aditamento da avença para majoração em até 25% do número de cadeiras adquiridas, independentemente do valor do contrato, pois se trata de aquisição de coisa certa.
-
39. O princípio da continuidade do serviço público, aplicável aos contratos de concessão regidos pela Lei nº 8.987/1995,
- (A) impede a rescisão contratual por iniciativa do contratado, que deverá solicitar, judicialmente, que o poder concedente autorize a caducidade do contrato.
 - (B) impõe a manutenção da prestação do serviço público, mesmo na hipótese de a concessionária estar inadimplente no que se refere às suas obrigações contratuais, cabendo ao poder concedente pleitear judicialmente a encampação do objeto.
 - (C) não impede a interrupção temporária e emergencial da prestação de serviços nas hipóteses em que razões de ordem técnica ou de segurança o justificarem.
 - (D) fica derogado nas hipóteses de ineficiência, sendo vedada a manutenção da prestação do serviço em condições que não atendam a adequação de qualidade, ainda que em caráter temporário.
 - (E) autoriza que a concessionária exija, administrativa e unilateralmente, a manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sob pena de interrupção da prestação.
-
40. A alienação, pela Administração Pública, de um imóvel de propriedade do ente federado, onde atualmente está instalado um posto de atendimento ao público da secretaria de fazenda,
- (A) abrange a necessidade de licitação, sob a modalidade de concorrência, cabendo ao adquirente do bem a obrigação de identificar outro imóvel para transferência das instalações da secretaria da fazenda.
 - (B) inclui a necessidade de autorização legislativa, prevendo a desafetação do imóvel, na qualidade de bem de uso comum do povo.
 - (C) não pode ser concretizada, considerando que o imóvel está afetado a uso especial, de natureza irreversível.
 - (D) depende de autorização legislativa e licitação, pela modalidade concorrência, na qualidade de bem dominical.
 - (E) inclui a necessidade de autorização legislativa, ato que também ensejará desafetação do bem de uso especial assim que transferidas as atividades da unidade da secretaria de fazenda para outras instalações.

**Direito do Trabalho**

41. Considerando as regras legais sobre concessão das férias, a empresa Gráfica Beta Ltda. deve observar que
- (A) as férias poderão ser usufruídas em, no máximo, dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos.
 - (B) as férias não poderão ser iniciadas em dia que corresponde à véspera de feriado ou do descanso semanal remunerado.
 - (C) o empregado deverá ser participada, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 dias, sobre a concessão das férias.
 - (D) o empregado menor de 18 anos tem direito de escolher a época que pretende que as férias sejam concedidas.
 - (E) as férias serão concedidas em época definida de comum acordo entre empregado e empregador.
-
42. Visando à composição de benefícios a serem concedidos a um novo empregado que será contratado pela empresa Sanus Serviços Médicos Ltda., o departamento de recursos humanos tem preocupação sobre a caracterização de eventual utilidade como salário e, com base na legislação e no entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), constata que
- (A) o veículo que seja utilizado pelo empregado para a realização do trabalho e também para atividades particulares não tem natureza salarial.
 - (B) a assistência médica, hospitalar e odontológica, se prestada diretamente, tem natureza salarial.
 - (C) o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno somente não tem natureza salarial se o percurso não for servido por transporte público.
 - (D) o pagamento da matrícula e da mensalidade de um curso de especialização para o empregado não tem natureza salarial, mas o pagamento de despesas com livros e material didático será considerado como salário.
 - (E) o reembolso de despesas com medicamentos tem natureza salarial.
-
43. A empresa Siderúrgica Minerius Ltda., diante de algumas mudanças que precisa adotar em relação à produção, convocou o Sindicato da categoria profissional para uma reunião, na qual informou que pretendia a celebração de um acordo coletivo de trabalho para implementar essas mudanças. Com a concordância do Sindicato, o acordo coletivo de trabalho foi negociado. No entanto, antes da assinatura do acordo, alguns empregados questionaram o Sindicato em relação à validade de uma das cláusulas negociadas. O Sindicato reanalisou e, com base no quanto previsto em lei, entendeu que é ilícita a cláusula que prevê
- (A) intervalo intrajornada de 30 minutos para jornadas superiores a seis horas.
 - (B) regime de sobreaviso.
 - (C) troca do dia de feriado.
 - (D) redução do número de dias de férias.
 - (E) enquadramento do grau de insalubridade.
-
44. Em relação às regras de proteção ao menor, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê a aprendizagem como formação técnico-profissional metódica. O diretor industrial da empresa Alpha Indústria e Comércio Ltda. pretende contratar aprendizes e pede ao departamento jurídico informações sobre as regras legais que regem essa contratação, sendo informado que
- (A) ao aprendiz, salvo condição mais favorável, é garantido 50% do valor do salário mínimo hora.
 - (B) o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 anos, salvo quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
 - (C) os estabelecimentos de qualquer natureza, inclusive de entidades sem fins lucrativos que tenham por objeto a educação profissional, são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.
 - (D) a duração do trabalho do aprendiz não excederá de 6 horas diárias, facultadas a prorrogação e a compensação de jornada.
 - (E) a duração do trabalho do aprendiz, por sua natureza e finalidade, não pode, em nenhuma hipótese, ultrapassar de 6 horas diárias, ainda que respeitado o limite de 8 horas diárias.
-
45. Jonas e Danilo trabalham para a empresa Brilho Indústria de Confecções Ltda., ambos como analistas de produção. A produtividade e a perfeição técnica de ambos são as mesmas, mas o salário de Jonas é R\$ 4.300,00 e o salário de Danilo é de R\$ 4.000,00. Considerando as regras legais, Danilo terá direito à equiparação salarial com Jonas se o tempo de serviço de Jonas não for superior a
- (A) 2 anos, a diferença de tempo na função não for superior a 4 anos e ambos trabalharem no mesmo estabelecimento.
 - (B) 2 anos, a diferença de tempo na função não for superior a 4 anos, ambos trabalharem no mesmo estabelecimento e o empregador tiver quadro de carreira organizado e homologado pelo Ministério do Trabalho.
 - (C) 2 anos, a diferença de tempo na função não for superior a 4 anos e ambos trabalharem em estabelecimentos que ficam na mesma região metropolitana.
 - (D) 4 anos, a diferença de tempo na função não for superior a 2 anos e ambos trabalharem em estabelecimentos que ficam na mesma região metropolitana.
 - (E) 4 anos, a diferença de tempo na função não for superior a 2 anos, ambos trabalharem no mesmo estabelecimento e o empregador não tiver quadro de carreira organizado.

**Direito Processual do Trabalho**

46. Considerando o entendimento sobre a ação rescisória consolidado pelo TST através de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, considere as seguintes assertivas:
- I. O termo de conciliação firmado pelas partes no processo e homologado pelo juiz é irrecorrível e não impugnável por ação rescisória.
 - II. O termo de conciliação firmado pelas partes no processo e homologado pelo juiz é irrecorrível, somente sendo impugnável por ação rescisória em caso de dolo de uma das partes em detrimento da outra.
 - III. A sentença que homologa acordo firmado pelas partes previamente ao ajuizamento de reclamação trabalhista, e no qual foi concedida quitação geral do extinto contrato de trabalho, sujeita-se ao corte rescisório somente se constatada fraude ou vício de consentimento.
 - IV. Não deve ser aplicada multa por litigância de má-fé em ação rescisória que declare a nulidade de decisão homologatória de acordo em razão de colusão das partes, já que a declaração da nulidade é sanção suficiente em relação ao procedimento adotado.
 - V. A ação cautelar não perde o objeto enquanto ainda estiver pendente o trânsito em julgado da ação rescisória principal, devendo o pedido cautelar ser julgado procedente, mantendo-se os efeitos da liminar eventualmente deferida, no caso de procedência do pedido rescisório ou, por outro lado, improcedente, se o pedido da ação rescisória principal tiver sido julgado improcedente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III, IV e V.
-
47. Em relação ao depósito recursal, que é pressuposto recursal objetivo e tem natureza de garantia do juízo, o TST adota entendimento sumulado no sentido de que:
- (A) não ocorre deserção de recurso da massa falida e de empresa em liquidação extrajudicial por falta de pagamento do depósito do valor da condenação.
 - (B) é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção, independentemente do valor da condenação.
 - (C) sendo duas ou mais empresas condenadas solidariamente, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
 - (D) sendo a condenação unicamente em obrigação de fazer, sem condenação em pecúnia, o valor do depósito recursal é reduzido pela metade.
 - (E) é exigido o depósito para interposição de recurso na fase executória, pois pode haver elevação do débito quando do julgamento do recurso.
-
48. Os embargos de declaração visam a reparar equívocos no julgado. De acordo com as previsões legais e o entendimento sumulado do TST sobre o tema,
- (A) cabem embargos de declaração da decisão monocrática do relator que não conhecer do recurso, se a parte pretende tão somente juízo integrativo retificador da decisão e não modificação do julgado.
 - (B) o provimento de embargos de declaração fundados em omissão do julgado tem sempre como consequência o efeito modificativo no julgado.
 - (C) não tendo sido a matéria invocada no recurso principal, a única maneira da discussão sobre ela ser levada ao Tribunal pela parte, objetivando o pronunciamento sobre o tema, é através da oposição de embargos de declaração.
 - (D) não há que se falar em preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de embargos no TST.
 - (E) os embargos de declaração são cabíveis em caso de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, não se admitindo efeito modificativo da decisão nessa hipótese.
-
49. Considerado como o encargo que os diversos sistemas processuais atribuem aos litigantes, de que estes reproduzam nos autos os fatos tais como aconteceram realmente, o ônus da prova nem sempre é de fácil definição em relação às hipóteses concretas verificadas nos processos. Em razão disso, o TST, através de suas Súmulas, consolida alguns entendimentos sobre o tema, entre os quais, o de que:
- (A) é do empregado o ônus da prova da ausência de regularidade dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pois trata-se de fato constitutivo do seu direito.
 - (B) é do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pois trata-se de fato extintivo do direito do autor.
 - (C) é do empregado o ônus da prova do término do contrato de trabalho sem justa causa, quando negada pelo empregador a prestação de serviços e o despedimento, pois trata-se de fato constitutivo do seu direito.
 - (D) tendo sido apresentados pelo empregador os cartões de ponto, é ônus do empregado a comprovação das horas extras, independentemente de os horários nele anotados serem variáveis ou invariáveis.
 - (E) é do empregado o ônus de comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte, pois trata-se de fato constitutivo do seu direito.



50. O processo é um encadeamento lógico e cronológico de atos que são praticados com o intuito de obter a entrega da prestação jurisdicional. Assim, os atos processuais devem observar uma ordem sequencial que leva em conta o tipo de ato e o momento em que ele deve ser praticado. O TST consolidou, através de suas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, diversos entendimentos sobre prazos no processo do trabalho, entre os quais o de que
- (A) o recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do TST interrompem os prazos recursais.
 - (B) o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença, quando não juntada a ata ao processo em até 5 dias contados da data da realização da audiência de julgamento.
 - (C) é em quádruplo o prazo para interposição de embargos de declaração por pessoa jurídica de direito público.
 - (D) os litisconsortes, ainda que tenham diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, não terão prazo em dobro para as suas manifestações, mesmo que formulem requerimento nesse sentido.
 - (E) presume-se recebida a notificação 24 horas depois de sua postagem, cabendo ao destinatário o ônus da prova do seu não recebimento ou da entrega após o decurso desse prazo.

Direito Civil

Atenção: Considere o Código Civil brasileiro para responder às questões de números 51 a 55.

51. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência,
- (A) quando a pessoa era absolutamente incapaz.
 - (B) se alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até seis meses após o término da guerra.
 - (C) se a pessoa estava em perigo de vida, independentemente do esgotamento das buscas e averiguações.
 - (D) nos casos em que a pessoa era considerada relativamente incapaz.
 - (E) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, desde que esgotadas as buscas e averiguações.
-
52. Analise as seguintes proposições acerca do domicílio civil:
- I. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência, ainda que com ânimo provisório.
 - II. O incapaz, o servidor público e o preso têm domicílio necessário.
 - III. Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
 - IV. Se a pessoa natural não tiver residência habitual, seu domicílio será considerado a sede da administração municipal da cidade em que for encontrado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.

-
53. Acerca da prescrição e da decadência,
- (A) é anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
 - (B) a prescrição iniciada contra uma pessoa não corre contra o seu sucessor.
 - (C) os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
 - (D) deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, seja ela legal ou convencional.
 - (E) a prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

-
54. Suponha que uma concessionária seja contratada por uma fabricante de automóveis para promover, com habitualidade, sem vínculo de dependência, mediante remuneração e com exclusividade, as vendas de um carro na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, a concessionária ficaria com os automóveis para conduzir as vendas e concluir os negócios. Nesse caso, está-se diante de um contrato de
- (A) distribuição.
 - (B) mandato.
 - (C) compra e venda.
 - (D) locação.
 - (E) comodato.



55. O testamento escrito de próprio punho, lido e assinado por quem o escreveu, na presença de ao menos três testemunhas que o subscrevam, é um testamento
- (A) marítimo.
 - (B) cerrado.
 - (C) público.
 - (D) particular.
 - (E) militar.

Direito Processual Civil

Atenção: Considere o Código de Processo Civil brasileiro para responder às questões de números 56 a 60.

56. Salvo para evitar perecimento de direito, não será possível realizar a citação de pessoa
- (A) cujo cônjuge esteja doente enquanto grave o seu estado.
 - (B) doente que esteja internado em hospital, independentemente do seu estado de saúde.
 - (C) doente enquanto grave o seu estado.
 - (D) cujo casamento tenha sido realizado na última semana.
 - (E) no interior de uma igreja, onde não estiver acontecendo culto religioso.
-
57. A apelação interposta contra o indeferimento da inicial gerará a citação do réu para
- (A) apresentar contestação e responder o recurso, concomitantemente.
 - (B) apresentar contestação.
 - (C) apenas tomar ciência do processo sem possibilidade de manifestação.
 - (D) manifestar-se acerca de eventual juízo de retratação, apenas.
 - (E) responder o recurso.
-
58. Considere as proposições dos conteúdos das sentenças a seguir:
- I. Decretação da interdição.
 - II. Revogação da tutela provisória de urgência.
 - III. Condenação ao pagamento de indenização de danos morais.
 - IV. Indeferimento da petição inicial.
- As sentenças que contam com efeito suspensivo, como regra, são as que constam APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) III e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-
59. Quando realizada a penhora de um bem imóvel em processo de execução, sua avaliação, quando não forem necessários conhecimentos especializados, será realizada, em regra,
- (A) pelo Oficial de Justiça.
 - (B) por avaliador nomeado pelo Juiz.
 - (C) pela parte exequente.
 - (D) pela parte executada.
 - (E) por perito nomeado pelo Juiz.
-
60. A tutela provisória de urgência
- (A) só poderá ser modificada ou revogada por sentença, ao final do processo.
 - (B) deve ser concedida somente após justificação prévia.
 - (C) não poderá ser requerida incidentalmente no processo.
 - (D) não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
 - (E) implicará no pagamento de custas, se requerida em caráter incidental.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11: itens 11.2 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.9 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) fugir ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) apresentar qualquer sinal, marca, risco, desenho, rubrica, assinatura ou nome, feito pelo candidato, nas linhas destinadas à resposta definitiva que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) for assinada fora do local apropriado; g) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/espelho de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. [...] 11.13 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 15 (quinze) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Estudo de Caso. 11.15 A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1

Considere hipoteticamente que Marco Aurélio, Oficial de Justiça Avaliador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, cumprindo mandado judicial de penhora, chegou à Fazenda Egito às 20:30 horas e foi recebido pela única executada da reclamação trabalhista, Cleópatra. Na diligência, Marco Aurélio penhorou três cavalos de competição, sendo um de propriedade de Cleópatra e Arsinoé, sua irmã, bem como os direitos que ambas as irmãs possuem sobre a fazenda (local da diligência) decorrentes de herança. Considerando que o valor atualizado da execução trabalhista objeto da penhora é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e que no imóvel havia ainda 150 (cento e cinquenta) pedras preciosas, esmeraldas brutas, de propriedade de Cleópatra, responda, fundamentadamente, se a diligência de Marco Aurélio foi realizada observando as normas legais vigentes.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO
NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO